

Artigo

1

Cultura, memória e práticas relativas à morte no Brasil cacauero

André Luiz Rosa Ribeiro

1 A morte “pedagógica” e os mortos “ilustres”

A região sul-baiana, no final do século XIX, estava transformada pelo crescimento da população e pelo desenvolvimento da lavoura do cacau, que acabaram por redesenhar os seus aspectos sociais e culturais. O investimento dos principais municípios do Sul da Bahia em uma imagem de região “civilizada”, nos moldes dos grandes centros culturais do país e do exterior, era cada vez mais evidente.

Os modelos sociais europeu e fluminense eram seguidos como exemplo de civilidade. O entusiasmo pela adoção de modelos culturais como as cidades de Paris e Rio de Janeiro se fazia presente tanto na gestão pública quanto na iniciativa privada desde a última década do século XIX. A década de 1920, porém, é uma baliza que demarca, em termos da intensidade, as transformações impostas pelo desejo de “civilizar” o sul baiano. Nesse contexto, a importância social do culto aos mortos motivou os setores políticos a fazerem um forte investimento no campo tanatológico e nos suportes de recordação. A organização de funerais-espetáculo deve ser compreendida em relação a um empenho dos grupos a que pertenceu o morto - partido, família e/ou associação - em ostentar publicamente o exemplo do seu devotamento individual ao coletivo.

O comportamento social do período aponta para a construção de outra visão da sociedade sul-baiana, que difere da imagem

associada à violência e à morte “selvagem” da fase do desbravamento da mata atlântica para o plantio de roças de cacau. Nos discursos construídos nos necrológios e anúncios fúnebres, é possível perceber aspectos que remetem à ideia de morte “civilizada”. Tais discursos apontam para o papel pedagógico e exortativo do momento da morte. São verdadeiras lições de vida que mostram o caminho a ser seguido, exemplificado pela figura do morto, cujas qualidades devem guardar uma estreita equivalência com a ética a ser adotada pela comunidade em que viveu. As pompas fúnebres nas missas, nos velórios e enterros, estudados principalmente mediante a análise de fontes hemerográficas, dão a progressão das distinções sociais em uma sociedade cada vez mais pautada em valores típicos do individualismo, fenômeno este também presente nos símbolos tumulares.

O “fluxo melífluo da consagração” de um membro da família ou do partido expressa o lugar social que seus descendentes desejam usufruir (VALADARES, 1972). Nos relatos sobre os ritos fúnebres, como os cortejos e as missas, observa-se os comportamentos dos grupos familiares e políticos confrontados com a perda dos seus membros mais importantes. Tais comportamentos fundam-se nas regras de filiação e aliança que constituem identidades e a partir das quais se desenvolvem laços de sociabilidade (HÉRITIER, 1989).

Em face da possibilidade de outra eternidade, a memória apresentou-se como uma atenuante para a dissolução dos vestígios da existência individual. Podemos afirmar que a perspectiva da morte física ser superada pela sobrevivência social na lembrança dos vivos motivou a prática de consagração dos mortos, enquadrando-a em uma finalidade de cunho pedagógico e laico.

Elementos culturais europeus do período serviram de paradigma para a construção do moderno conceito de cidadania no Ocidente. No período compreendido entre 1870 e 1914, estabelecido por Hobsbawn (1988) como a fase de consolidação do Estado-nação no Ocidente, surgem os modelos de homens

públicos apoiados em um discurso voltado para o sentido de coletividade e da coisa pública. Evidentemente, esses modelos foram reelaborados de acordo com as especificidades locais, percebidas nas comemorações fúnebres, onde as camadas abastadas da população investiam maciçamente no aprimoramento de seu próprio *ethos*, expresso no poder material trazido pelo cacau e na adoção do ideário modernizante, o que incluía um controle maior do poder público sobre o comportamento social.

As ideias higienistas europeias, principalmente francesas, foram responsáveis pelas reformas funerárias que estavam no bojo das mudanças que pretendiam trazer a civilização à recente nação brasileira. Entre as principais medidas, estava a transferência dos enterramentos no interior dos núcleos urbanos para os cemitérios públicos extramuros. Além do ambiente mais higiênico, o cemitério oitocentista deveria ter uma função de lugar de memória. Nele, os túmulos monumentais celebrariam os cidadãos exemplares e rememorariam suas virtudes perante a sociedade na qual estavam inseridos.

Leis municipais passaram a proibir determinados costumes, como o transporte e a inumação de cadáveres de adultos e de crianças em caixões abertos, providência determinada a bem da saúde pública e de acordo com os preceitos da higiene, como registra o *Jornal de Ilhéos*, órgão oficial do município. No entanto, ainda em fins da década de 1910, o costume permanecia quanto aos enterros de crianças, os “anjos”. Mesmo nos períodos de surtos epidêmicos, a lei era comumente ignorada pela população, “consentindo que fiquem destampados os caixões contendo os restos mortais de crianças, filhos ou não, que são transportados assim para o cemitério, percorrendo quase sempre diversas ruas da cidade” (JORNAL DE ILHÉOS, 1918, p.1). O contato com os mortos “vítimas de moléstias contagiosas [ou que se achavam] em decomposição adiantada” (JORNAL DE ILHÉOS, 1918, p.1) era considerado anti-higiênico pelos poderes públicos e feria os

preceitos legais. A gazeta alertava que, mesmo no período agudo da *influenza*, “temos visto se sepultarem crianças em caixões sem tampa” (JORNAL DE ILHÉOS, 1918, p.1) e estimulava os fiscais do município a punirem severamente os infratores da lei.

O poder público desejava modificar o antigo costume de expor cadáveres em espaços abertos aos olhos da população. A visão de pessoas mortas deveria estar restrita ao espaço privado. Tornavam-se inaceitáveis as cenas de caixões descobertos em procissão pelas ruas de uma cidade “civilizada”. O *Jornal de Ilhéos* (1918, p.1) aludiu ao desconforto causado pela visão de um cadáver nas vias públicas, pois “ninguém gosta de olhar para pessoas mortas, há nisso um natural e um grande constrangimento, senão repugnância invencível”. Ainda segundo o periódico, o desejo de estar junto ao cadáver, “só é inato aos parentes, às pessoas que têm laços de afinidade ou mesmo de amizade íntima” (1918, p.1). A sociedade, em geral,

[...] respeita a memória dos que passam; presta as devidas homenagens aos cadáveres, acompanhando-os à sua última morada, ouvindo missas em repouso de suas almas, descobrindo-se à sua passagem [mas, em regra,] foge de ver defuntos, evita o seu contato e censura o costume de transportarem para o cemitério os cadáveres dos anjos em caixões abertos” (JORNAL DE ILHÉOS, 1918, p.1).

Era preciso acabar de uma vez com esse “mau costume” tão prejudicial “à saúde e à civilização”.

Os surtos constantes de febres e outras doenças contagiosas tiveram influência decisiva no desaparecimento do costume de expor os mortos. Em 1918, o contágio da gripe espanhola, que vai penetrando em todos os lares, quer do pobre, quer do rico, deu ensejo ao endurecimento da fiscalização sanitária e ao aumento da influência da classe médica da terra que “não se tem poupado à luta.” Para dimensionar os efeitos da tragédia, a imprensa afirmava que, nas cidades e no interior, “não há uma única habitação

que já não tenha recebido a angustiosa visita.” Em muitas casas “o terrível *morbus* tem prostrado todos os habitantes, não deixando um só de pé para acudir os derrubados, que são socorridos pela amizade de algum vizinho ou pela caridade do próximo” (JORNAL DE ILHÉOS, 1918, p. 2). A dramaticidade da notícia parece tentar convencer os leitores da necessidade imediata de superação de determinados costumes nocivos à saúde pública.

Desde agosto de 1918, os casos de *influenza* haviam se alastrado pela Europa. No mês seguinte, um navio, o Demerara, aportou no Rio de Janeiro depois de passar por Lisboa, Recife e Salvador, espalhando rapidamente a doença. O número de enfermos e mortos cresceu vertiginosamente em poucos dias e em várias cidades, primeiro as portuárias, em seguida no país inteiro (BERTUCCI, 2004). No sul da Bahia o flagelo teve uma maior intensidade entre os meses de outubro e dezembro e “em breve se aplacaria o mal que tendo entrado em todas as casas, já deveria estar farto de tanta derrubada que fez” (JORNAL DE ILHÉOS, 1918, p.1).

Assim como nos centros urbanos, a doença grassou no interior dos municípios, atingindo centenas de pessoas em Ilhéus e Itabuna. A maior incidência de casos fatais ocorreu nos bairros populares carentes de infra-estrutura sanitária. A morte ou a doença da maior parte dos empregados paralisou as atividades do comércio. O embarque e desembarque dos vapores e lanchas “fazia-se com vagar e com demora.” Os pescadores deixaram de sair para o mar para pescar, desaparecendo o peixe do mercado. A carne de boi também escasseou. Por preço algum “se encontra [vam] galinhas para os doentes [e o leite] só tem chegado para os abastados e arranjados” (JORNAL DE ILHÉOS, 1918, p.1). Inúmeras fazendas ficaram sem trabalhadores suficientes para colher o cacau, acarretando grandes prejuízos à lavoura.

Os jornais da época consideraram, porém, a violência como causa principal do grande número de óbitos no sul da Bahia e do atraso material e cultural do sul-baiano. A morte “selvagem”

caracterizou o período das lutas armadas motivadas pela posse de terras e disputas eleitorais durante as duas primeiras décadas do século XX, época das invasões de centenas de jagunços vindos de Vitória da Conquista, Condeúba, Areia, de Jequié e de Belmonte. Eram comuns as chacinas como a da fazenda de Manoel Andrade, na zona do rio Almada, onde em poucos dias tombaram vinte e duas pessoas, entre as quais o “inditoso” Berilo Deiró, fazendeiro e político, cujo assassinato “revestiu-se de um requinte de perversidade nunca vista na história dos grandes crimes de Ilhéus” (JORNAL DE ILHÉOS, 1919, p. 2).

A morte de Deiró foi marcada pelo seu “martírio”, explorado politicamente pelos correligionários. Os seus olhos foram arrancados a faca, e “depois de cego e banhado em sangue, o fizeram andar debaixo do facão, caindo aqui e acolá, entre vaias e gargalhadas dos bandidos que sem grande demora o castraram e o mataram a faca” (JORNAL DE ILHÉOS, 1919, p. 2). A imprensa temia a repercussão que esse tipo de morte teria para a imagem da região cacauceira, “quando os parentes souberem do modo porque foste assassinado, o que dirão?” (JORNAL DE ILHÉOS, 1919, p. 2). Que a zona do cacau era “uma terra inabitável, um covil de assassinos e bandidos”, o que muito concorria “para a má fama de que goza esse torrão.” Contudo, por ter sido trucidado defendendo os ideais do partido, o morto foi transformado em uma espécie de mártir do grupo político. “Berilo não morreu, imortalizou-se” (JORNAL DE ILHÉOS, 1919, p. 2).

A morte “selvagem” produziu outros “mártires”, cujos assassinatos eram lembrados, mesmo décadas depois, como forma de rejeição aos antigos costumes e manutenção da lembrança de um acontecimento particularmente significativo para o grupo familiar e político. Um artigo de *A Luta* (1906, p. 2) lembrava que “há vinte e um anos a negradada [sic] política, dirigida por vultos sinistros” mandou assassinar, na ponte do Itariri, o capitão João Carlos Hohlenwerger, um dos ilheenses “mais distintos

e queridos, pela lealdade intransigente de seu caráter, de sua bravura, do prestígio crescente de sua popularidade e esforço acurado do seu labor." Com o capitão, pereceram "seus bravos companheiros" (*A LUTA*, 1906, p.2); apenas um jovem escravo foi poupado. O artigo do *A Luta*, provocado pelo "morticínio hediondo", era a "expressão da dor", e por sobre os túmulos das vítimas "avivamos, na frente nefanda do bárbaro mandante, o estigma do crime que jamais se apagará" (1906, p. 2).

Assim como o de Berilo Deiró, o assassinato do capitão Hohlenwerger tem conotações simbólicas no que se refere aos requintes de crueldade do ato criminoso: Hohlenwerger teve a barba e olhos arrancados e as mãos decepadas. A barba serviria aos executores como prova do assassinato ao mandante. Os corpos foram crivados por dezenas de descargas antes do esquartejamento dos seus membros. De forma semelhante foram assassinados sete indivíduos na chacina de Olivença, em 1905. Essa forma de desfiguração trazia uma mensagem de ódio explicitada nas características dos ferimentos. Crimes como estes eram explorados como retratos de uma fase passada que deveria ser superada pela introdução de novos costumes. Caberia aos administradores e autoridades públicas, assim como aos órgãos de imprensa, difundir novos valores ao conjunto da sociedade, com base no exemplo dos seus mais "ilustres" e "civilizados" cidadãos.

As características marcantes da personalidade "ilustre" são alinhavadas por referência a construções póstumas. Funerais, discursos à beira-túmulo e os necrológios são algumas das formas de preservar viva a memória individual e de transformar o "homem-pessoa", com todos os erros e deslizes éticos, no "homem-instituição", indivíduo sem máculas e exemplo idealizado de valores morais e cívicos. As homenagens póstumas reelaboravam a imagem pública do indivíduo no "templo da memória", evidenciando a importância que a modernidade ocidental tem dado à imortalidade dos indivíduos (ABREU, 1996).

Os textos fúnebres destacavam as virtudes e silenciavam os defeitos do morto, em um processo depurativo que o distinguia. Apagavam-se todas as imperfeições pessoais e realçavam-se todas as qualidades do caráter, prática essa que utiliza o “esquecimento” para poder construir a exemplaridade do que se deve recordar. Este trabalho idealizador associava-se às contribuições que o morto havia dado para a sociedade em que estava integrado. O conteúdo do texto relembra e purificava, de modo a fixar na personalidade a imagem a ser incorporada para a posteridade.

A nova dimensão das práticas fúnebres fez com que os funerais terminassem constituindo uma verdadeira consagração cívica. Aos tradicionais aspectos religiosos misturaram-se intenções laicas de ostentação das virtudes do homenageado. Nesse sentido, o necrológio e o anúncio fúnebre são essencialmente didáticos, pois exortavam os vivos a dar continuidade ao exemplo dos mortos e enfatizavam o dever das gerações futuras de conservar e perpetuar a memória das figuras-referência (BONNET, 1986).

Os anúncios possuem um caráter mais informativo dos dados relativos às datas e aos horários dos enterros e das missas, e de agradecimentos pela participação nesses rituais, que eram pagos pela família ou pela associação a que o morto pertencia. Conforme Fuchs (1973), a base da coesão familiar ou grupal é abalada sempre que a morte de um membro importante acontece. O anúncio público da morte é uma das formas de externar socialmente o sofrimento vivenciado pelo grupo social com a perda de um de seus membros. Os anúncios fúnebres contribuem para que a propagação da morte do “ente querido” permita que ocorram manifestações privadas e públicas de solidariedade, que terminam por preservar laços de coesão (FUCHS, 1973).

Os necrológios, por sua vez, compreendem a construção da imagem ideal de sociedade, mediante a celebração da memória dos principais cidadãos, assegurando-lhes a imortalidade entre os vivos. Se, por um lado, enunciam um complexo jogo de com-

posição e recomposição das elites, por outro permitem avaliar como a imprensa, na primeira metade do século passado, atuou como canal de construção de uma história específica para a região produtora de cacau da Bahia. Os necrológios dos mortos “ilustres” eram localizados na primeira página dos jornais, enquanto os anúncios fúnebres localizavam-se na “seção social”, ao lado dos nascimentos, casamentos, batizados e aniversários das famílias mais influentes.

Os textos procuravam difundir uma visão de mundo e nortear a vida individual mediante a construção de discursos integradores e coletivos, desta forma conferindo à morte uma nova significação social. Era o momento no qual, silenciados os defeitos, glorificavam-se as virtudes individuais de caráter laico. Os necrológios eram bastante seletivos quanto ao tamanho e à quantidade de adjetivações positivas. Poucos alcançavam o privilégio da publicação de textos edificantes sobre si. A vitória sobre a morte física dependia, conforme foi observado, do peso social das obras e do *status* adquirido em vida. Enquanto a lealdade aos preceitos religiosos assegurava a salvação eterna da alma, o lugar social determinava quem legava à posteridade a lembrança da sua existência.

Para alguns poucos indivíduos, que representavam determinados setores sociais, a morte não era a finitude ou o aniquilamento, mas a consagração. Invariavelmente, os necrológios culminavam em autênticas defesas dos fundamentos sociais a que o morto havia se devotado. Os textos também consolidavam uma versão oficial sobre as trajetórias pública e privada do morto ilustre, para melhor integrar sua imagem à da sociedade a que pertenceu. Os necrológios não pretendiam ser meros elogios. Eles buscavam exaltar as qualidades do morto que deviam servir como exemplo de conduta social. Isso faz com que os discursos fúnebres tornem-se textos parciais em essência, pois se propunham a contribuir para a transição dos “grandes homens” do terreno da vida para

o da memória, formando um “panteão” de referência regional.

É possível avaliar a posição socioeconômica da família do morto considerando-se o custo da disposição espacial da informação nas páginas dos jornais. A morte entre as famílias mais importantes era anunciada em mais de uma edição. A centimetragem dos anúncios e necrológicos conferia *status* ao grupo social do morto e atestava a sua influência. Ao mesmo tempo, o caráter impessoal e formular da sua apresentação quando se tratava de mortos comuns constitui evidência das formas de separar e distinguir. Estes últimos são anúncios nos quais mudam apenas os nomes dos familiares, das instituições e do morto, publicados nos espaços reservados às comunicações gratuitas (WITTER, 1983).

Os anúncios das mortes de fazendeiros, comerciantes e políticos representam maioria absoluta. As tabelas abaixo evidenciam esse fenômeno. Foram contabilizados os anúncios fúnebres da imprensa de Ilhéus e de Itabuna, em dois períodos distintos situados entre as décadas de 1900 e 1910, e as décadas de 1920 e 1930, para observação de possíveis variações. A Tabela 1 refere-se aos falecimentos de indivíduos do sexo masculino, em que categorias listadas como ocupação abrangem diversas profissões. A de operário aglutina os chamados “artistas”: carpinas, pedreiros e alfaiates. Os advogados, médicos e engenheiros estão concentrados na categoria profissional liberal. Os comerciários, tabeliães e empregados públicos estão aglutinados na categoria denominada funcionário. Entre os “jagunços”, foram classificados os assassinos profissionais que atuavam na região e cuja referência aparece somente na primeira datação.

Tabela 1 – Ocupação dos mortos do sexo masculino indicada em anúncios fúnebres por décadas. Municípios de Ilhéus e Itabuna (1900-1910 / 1920-1930)

Ocupação	1900-1910	1920-1930	Total	%
Fazendeiro	28 (27,2%)	68 (45,9%)	96	38,2
Comerciante	17 (16,5%)	26 (17,6%)	43	17,1
Político	12 (11,7%)	19 (12,8%)	31	12,4
Operário	06 (5,8%)	15 (10,1%)	21	8,4
Funcionário	08 (7,8%)	10 (6,8%)	18	7,2
“Jagunço”	16 (15,5%)	-	16	6,4
Profissional Liberal	03 (2,9%)	06 (6,8%)	09	3,6
Trabalhador Rural	09 (8,7%)	-	09	3,6
Militar	04 (3,9%)	01 (0,7%)	05	2,0
Marítimos	-	03 (2,0%)	03	1,1
Total	103	148	251	100

Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade estadual de Santa Cruz – CEDOC-UESC.

A Tabela 2 refere-se aos dados relativos ao falecimento de pessoas do sexo feminino. As categorias “fazendeira” e “negociante” englobam mulheres que realmente exerciam estas atividades, assim como as que são unicamente referidas como parentes - esposa, filha, irmã ou mãe de fazendeiros e negociantes. A ocupação denominada “doméstica” engloba as mulheres cujo ofício relacionava-se com atividades “do lar”. Os dados sobre o sexo masculino perfazem um total de 251 referências à atividade ocupada, enquanto os dados sobre o sexo feminino somam 85, um número bem inferior ao dos anúncios de morte de homens.

Os dados referentes ao município de Ilhéus apresentam um número muito maior de anúncios fúnebres coletados devido à quantidade superior de jornais e edições. Os dados relativos ao município de Itabuna somente foram coletados a partir de 1917, quando foi inaugurado o jornal *A Época*, cujo acervo é o mais

antigo disponível para a pesquisa, assim como apresentaram grandes claros na sua periodização. Portanto, os dados de ambos os municípios serão apresentados em bloco com o objetivo de estabelecermos uma idéia aproximada de conjunto.

Tabela 2 – Ocupação dos mortos do sexo feminino em anúncios fúnebres por décadas. Municípios de Ilhéus e Itabuna (1900-1910 / 1920-1930)

Ocupação	1900-1910	1920-1930	Total	%
Fazendeira	20 (60,6%)	38 (73,2%)	58	68,2
Comerciante	08 (24,2%)	05 (9,6%)	13	15,4
“Doméstica”	05 (15,2%)	05 (9,6%)	10	11,8
Professora	-	02 (3,8%)	02	2,3
Indigente	-	02 (3,8%)	02	2,3
Total	33	52	85	100

Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz – CEDOC-UESC.

Os textos da imprensa regional eram espaços privilegiados para o enaltecimento de grupos familiares “tradicionais”, valorizadas pela antiguidade, especialmente no cultivo do cacau. Em seus necrológios, os “decanos” dessas famílias eram apresentados como representantes legítimos da sociedade regional e como elo da afetividade e consanguinidade entre a parentela. O elogio fúnebre articulava a história pessoal com os valores mais prezados pela sociedade. O objetivo maior era, como já foi dito, traçar os contornos do homem público, criar um indivíduo incomum que sintetizasse a coletividade.

Os parâmetros que deveriam guiar o cidadão - o espírito cívico, a valorização do trabalho e a visão progressista de sociedade -, eram articulados em torno de figuras exemplares. Contraditoriamente, estes indivíduos diferenciados, a par de evocarem o espírito coletivo, expressam individualmente o poder oligárquico na sociedade brasileira.

2 O declínio do sagrado e a ascensão do individualismo

Como já foi observado, no período compreendido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX ocorreu uma mudança significativa no comportamento diante da morte. O imaginário cristão continuava a fornecer padrões de expectativas e atitudes na organização dos funerais, porém a sociedade contemporânea estava voltada para as questões imanentes e tinha uma visão mais secularizada dos rituais fúnebres.

As transformações culturais da época provocaram mudanças no campo tanatológico. Gradativamente, os investimentos materiais dos funerais ganharam outra dimensão social. Os funerais e jazigos foram transformados em suntuosos suportes para a memória individual e a familiar. Em poucas décadas, os cemitérios públicos dos principais núcleos urbanos e os cortejos fúnebres passaram a figurar entre os mais importantes espaços simbólicos do poder político e econômico (CATROGA, 199).

O processo de “civilização” da região impunha novos hábitos, que terminaram por estabelecer distinções entre a elite do cacau e o restante da população, em sua maioria miserável e iletrada. Efetivamente, perpetuou-se com nova roupagem o uso da morte no reforço das relações de poder existentes no contexto social. A dimensão ritualística dos funerais se manifestava de forma teatralizada em diversos espaços cênicos privados e públicos: o velório, nas residências particulares; o cortejo, nas artérias urbanas; a inumação, nos cemitérios públicos; as missas e encomendações, nas igrejas; e o luto, nas vestes e no comportamento.

Essa “encenação” implicava não somente a presença de oficiais e adeptos, mas de um conjunto de comportamentos organizado para produzir maior eficácia no reforço a consensos e sociabilidades. Nos rituais fúnebres, os laços de solidariedade eram renovados e reforçados em volta da presença do morto. Parentes mais próximos e afastados se reencontravam e se reconheciam como oriundos de

um mesmo descendente; amigos e correligionários presentes indicavam os círculos sociais e políticos a que pertencia o morto, assim como reforçavam a rede de interesses que os uniam.

O processo pelo qual o culto aos mortos passou a centrar-se na consagração do indivíduo e na gestão afetiva e familiar da memória, mediante a ostentação dos funerais e as visitas ao cemitério, dando um caráter mais laico aos funerais, pode ser percebido no declínio do prestígio das procissões religiosas organizadas pelas antigas irmandades locais, tradicionais gestoras dos rituais fúnebres. Em meados da década de 1920, o *Correio de Ilhéos* registrou o seu pesar pelo fato de que “de alguns anos a essa parte [as festas religiosas,] outrora imponentes e que refletiam os sentimentos de fé católica da população,” estavam dia a dia, “declinando o seu brilho passado” (p. 2). A tradicional procissão do Senhor Bom Jesus dos Santos Passos, apesar de contar com a presença do próprio bispo diocesano, passou a ter uma “concorrência de fiéis muito inferior a dos anos anteriores” (CORREIO DE ILHÉOS, 1926, p. 2), notando-se que a “elite da cidade”, com raras exceções, não compareceu.

Ao que parece, a população urbana ia abandonando velhos costumes, sendo a “gente do interior” a que mais concorria à procissão. O *Correio* (1926) observa que, em tempos passados, eram “raríssimas” as pessoas que não compareciam à missa e à procissão dos Passos: “A Matriz, mesmo há trinta ou quarenta anos passados, no tempo em que a população regulava a quadragésima parte da de hoje, ficava completamente cheia, sendo preciso chegar cedo para adquirir um lugar no vasto templo” (p. 2). Ainda segundo o mesmo jornal, o declínio da festa e da sua patrocinadora eram particularmente visíveis no momento em que foi escrita a matéria: “Ontem a catedral tinha grandes claros. A capela-mor e a parte da nave onde se achava colocada a imagem veneranda do Senhor Bom Jesus dos Passos, estavam vazias” (CORREIO DE ILHÉOS, 1926, p. 2). A irmandade do Senhor dos

Passos, “pode-se dizer que não compareceu, porque alguns dos que estavam enfiados em capas roxas, não são irmãos” (CORREIO DE ILHÉOS, 1926, p. 2). Sequer compareceu o provedor, cargo que “já há alguns anos não existe nessa irmandade, que está precisando de uma reforma geral, até nas capas que estão se tornando imprestáveis” (CORREIO DE ILHÉOS, 1926, p. 2).

Tradicionalmente os fazendeiros mais abastados financiavam as festas e procissões das irmandades, além de ofertarem custosos adornos às imagens mais veneradas. Ao anunciar o falecimento do doutor Fausto Fortunato Galo, antigo proprietário “de fazenda de cacaueros, engenho de açúcar e escravatura”, o *Correio* recordou que, ainda no início da década de 1920, existiam as “ricas túnicas bordadas a ouro, oferecidas pelo ilustre extinto há mais de 30 anos ao Senhor dos Passos e a Nossa Senhora que apareciam sempre na procissão de encontro nesta cidade” (1922, p. 2).

A imprensa local publicava textos nostálgicos em relação ao prestígio social dessas entidades filantrópicas: “Quem não se lembrará da pompa, da imponência e do brilho com que eram comemorados os dias de Passos” (CORREIO DE ILHÉOS, 1927, p. 1)? Os irmãos, “da outrora respeitada irmandade”, teriam sido substituídos por pessoas “sem representação, senão desclassificadas, que envergam agora a opa há anos passados disputada pelas pessoas mais representativas da terra” (CORREIO DE ILHÉOS, 1927, p. 1). Era muito forte o interesse que despertava “em todos os círculos sociais desde a cidade até o rincão mais distante deste município a notícia da vinda de um padre notável para pregar o sermão do encontro” (CORREIO DE ILHÉOS, 1927, p. 1). Os templos se enchiam literalmente, “a cidade em peso, acrescida da população do interior, acompanhava à comovente procissão” (CORREIO DE ILHÉOS, 1927, p. 1).

Igualmente festejado era o dia consagrado ao “glorioso” São Sebastião, “sob os auspícios de uma irmandade ereta há muitos anos nesta cidade” (CORREIO DE ILHÉOS, 1927, p. 1), cujo

esplendor também desapareceu. Das festas dedicadas ao santo, restavam apenas “os vestígios de uma capela em ruínas e de ano em ano, por amor à tradição, um tríduo e uma missa, quase pela madrugada” (CORREIO DE ILHÉOS, 1927, p. 1). Muitos desses rituais eram mantidos pelas mulheres, o setor da população mais assiduamente praticante dos rituais religiosos. Um grupo de senhoras pertencente à elite econômica procurava “manter o fogo sagrado das grandes festas de Nossa Senhora da Vitória, que esta é a única que o povo de Ilhéus acarinha” (CORREIO DE ILHÉOS, 1927, p. 1). Essa atitude visava a prolongar e reproduzir o ideário religioso e cultural vigente, cabendo às mulheres o papel principal na conservação das tradições religiosas deixadas pelas gerações que as antecederam. Assim, os vivos não anulariam a herança cultural que identifica e filia.

As novas atitudes diante da morte, por seu turno, buscavam consolidar e perpetuar a memória individual e a familiar como base para a construção da trajetória histórica “oficial” da sociedade cacauieira. Ao falecer, em 1929, o coronel Pedro Gaston Lavigne foi retratado como uma “respeitável figura de uma das mais tradicionais famílias de Ilhéus e destacado elemento da sociedade local” (DIÁRIO DA TARDE, 1929, p. 1). Proprietário de terras e grande cacauicultor no interior do município, onde sempre residiu, o coronel Lavigne foi em vida um “cidadão benquisto e acatado” e, como “a figura mais velha da sua família”, mereceu a consideração e a estima de todos, “já pelo seu conceito pessoal, já porque representava para os seus inúmeros parentes todas as tradições da geração a que pertencera” (DIÁRIO DA TARDE, 1929, p. 1). A notícia do falecimento do “velho conterrâneo” causou “doloroso pesar”, verificado pelo número “extraordinário de visitantes” da câmara ardente e de pessoas que acompanharam o féretro ao cemitério.

O major Félix Mariano Cardoso e Silva, “abastado fazendeiro e capitalista do mais elevado conceito, [foi um homem] prestimo-

so e muito acatado nas suas relações de amizade” (GAZETA DE ILHÉUS, 1902, p. 1), contando com verdadeira dedicação entre os seus “muitos compadres e amigos”, que compunham a base das suas relações sociais. O seu necrológio enfatizou a questão do poder social pelo exercício contínuo de diversos cargos de nomeação do governo e de eleição popular, desde o regime monárquico.

Para a Gazeta (1902, p. 1) que anunciou a sua morte, Cardoso e Silva “era um dos ilheenses de mais importância e distinção”. Havia no texto fúnebre a demonstração do interesse em elaborar uma imagem positiva do falecido. Anunciou-se que grande número de “dedicados amigos” do falecido, incluindo o redator-chefe da Gazeta de Ilhéus e outros próceres da sociedade local, acompanharam o cortejo até o cemitério “apesar da chuva”, pois a quantidade de “pessoas gradas” presentes a um enterro era uma medida social do prestígio político e/ou econômico do morto.

Os membros das famílias mais “ilustres” que morriam “fora” tinham seus corpos trasladados para o município de origem. Os seus funerais deveriam ser realizados na terra que haviam ajudado a fundar ou a desenvolver. Dona Antônia Alves Pinheiro, cuja família era considerada pioneira do município de Itabuna, veio a falecer na residência de seu genro, em Ilhéus. A “respeitosa senhora” era irmã do coronel Firmino Alves, grande fazendeiro tido, como um dos pioneiros do plantio de cacau no antigo distrito de Tabocas.

Os “desolados parentes e amigos” da matriarca mandaram uma comissão para transportar o cadáver, “em trem especial”, para sepultá-lo em solo itabunense. O enterro realizou-se “com grande acompanhamento” e contou, como cabia a pessoa da sua “qualidade”, com a presença da filarmônica Lyra dos Artistas que executou diversas marchas fúnebres (CORREIO DE ILHÉUS, 1926). O enterro de Antonia Alves mobilizou grande parte da população itabunense, que homenageou não somente um indivíduo, mas o grupo familiar detentor do prestígio de fundador.

Ser enterrado entre os seus reforçava os laços identitários existentes entre os membros das grandes famílias, cujos funerais deveriam constituir expressões de prestígio e de afinidades consanguíneas e políticas. Falecido na capital do estado, o coronel Gabino Kruschewsky teve o seu corpo embalsamado e transportado para Ilhéus, pois era vontade dos seus filhos e parentes que fosse sepultado no cemitério local. Logo que o vapor atracou, acorreram inúmeras pessoas que acompanharam o corpo até a igreja de São Jorge, “estando aí suas dignas filhas, noras e outras parentes, que tiveram crises nervosas ao avistar o caixão que envolvia o corpo” (CORREIO DE ILHÉUS, 1925, p. 1) Ao gênero feminino cabia o papel de exprimir mais enfaticamente a dor da perda. Depois da encomendação solene do cadáver na catedral, o corpo foi conduzido ao cemitério com grande acompanhamento de pessoas de todas as classes sociais. Inúmeras capelas enviadas deixavam implícitas, nas mensagens que as acompanhavam, um tipo de relação de clientelismo, como a gratidão por favores prestados aos parentes e amigos.

Os anúncios fúnebres também abriam espaço para os membros mais destacados das colônias de estrangeiros radicados nos municípios da região. O enterro de Jean Griessen, jovem natural de Berna, que trabalhava no escritório comercial de Hugo Kaufmann & Cia., realizou-se com o acompanhamento dos seus conterrâneos e pessoas ligadas ao comércio de cacau. À beira do túmulo, Robert Durand, identificado como gerente da firma exportadora Wildeberger & Comp., “orou em voz alta ouvido religiosamente por todos os presentes, especialmente a colônia suíça, presente ao ato” (DIÁRIO DA TARDE, 1929, p. 3).

A morte de Jorge Zaidan, negociante e proprietário de terras em Água Preta (atual Uruçuca) e “o mais antigo membro da colônia síria daquela povoação” (DIÁRIO DA TARDE, 1931, p. 3), foi alvo de manifestações desusadas. Esteve presente “ao tocante ato” a banda musical 1º de Maio, que executou várias peças fúnebres “em homenagem à memória do seu antigo sócio” (DIÁRIO DA

TARDE, 1931, p. 3). O comércio de Água Preta, de que era “figura de destaque,” cerrou as portas à hora do cortejo fúnebre. Essa era uma das formas mais eloquentes de a população local expressar o reconhecimento da importância do morto e do seu grupo social.

As minorias sociais e políticas pouco são referidas nas fontes hemerográficas. Quanto mais frágil o grupo, menores são os espaços ocupados nos necrológios e anúncios fúnebres. As notícias sobre a morte de trabalhadores, pequenos proprietários e indigentes, que evidentemente constituíam uma quantidade maior de mortos, ocupavam uma centimetragem bem reduzida em relação aos setores mais abastados.

Também falecimentos de pessoas pertencentes a grupos rivais do órgão de imprensa eram notificados em poucas linhas e muitas vezes sem a individualização da notícia. Mesmo aos principais líderes rivais era dado um espaço bastante inferior ao que cabia aos correligionários muito menos influentes. Quase sempre inexistem referências positivas à vida do adversário, como no caso do coronel Ernesto de Sá Bittencourt e Câmara, opositor do grupo político ao qual pertencia a *Gazeta de Ilhéos* (1904), onde se declarou apenas local de nascimento e filiação e evidenciou-se a sua condição de ex-proprietário de “grande número de escravos”, aspecto pouco valorizado em uma sociedade que se pretendia democrática, pela origem humilde dos seus pioneiros.

Assim, em torno dos andores ou dos caixões, trajando fraque, cartola e bengala no melhor estilo europeu, as aparições públicas dos coronéis, exportadores e bacharéis do cacau eram verdadeiros espetáculos. As próprias cidades foram se revestindo de novas significações tanatológicas. Os espaços cemiteriais, antes relegados ao esquecimento por parte do poder público, passaram por um intenso processo de valorização. Tanto como os palacetes neoclássicos, os túmulos monumentais e as patentes superiores demonstravam o prestígio individual e de grupo, as comemorações cívicas, religiosas e fúnebres também marcavam diferenças.

Referências

A INFLUENZA. **Jornal de Ilhéos**, Ilhéus, n. 329, p. 1, 10 nov. 1918. (CEDOC/UESC).

A INFLUENZA. _____, Ilhéus, n. 331, p. 1, 24 nov. 1918. (CEDOC/UESC).

A PESTE. _____, Ilhéus, n. 328, p.2, 3 out. 1918. (CEDOC/UESC).

ABREU, A. **A fabricação do imortal**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

AS BENEMERÊNCIAS do mangabeirismo. **Jornal de Ilhéos**, Ilhéus, n. 350, p. 2, 6 abr. 1919. (CEDOC/UESC).

BERTUCCI, L. M. **Influenza: a medicina enferma**. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

BONNET, J-C. “Les morts illustres”. In: NORA, P. **Les lieux de mémoire II: La Nation**. Paris: Gallimard, 1986.

CATROGA, F. **O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos**. Coimbra: Minerva Editora, 1999.

CORONEL Ernesto Sá. **Gazeta de Ilhéos**, Ilhéus, n. 284, p. 2, 13 mar. 1904. (CEDOC/UESC).

CORONEL Gabino Kruschewsky. **Correio de Ilhéos**, Ilhéus, n. 646, p. 1, 12 set. 1925.

DONA Antonia Alves. _____, Ilhéus, n. 771, p. 2, 13 jun. 1926. (CEDOC/UESC).

DOUTOR Furtado Galo. _____, Ilhéus, n. 101, p. 2, 28 jan. 1922. (CEDOC/UESC).

EM CAIXÕES descobertos. **Jornal de Ilhéos**, Ilhéus, n. 328, p.1, 3 fev. 1918. (CEDOC/UESC).

EMPASTELAMENTO. _____, Ilhéus, n.47, p. 2, 1º jun. 1913. (CEDOC/UESC).

FALECIMENTOS. **Diário da Tarde**, Ilhéus, n. 514, p. 1, 20 nov. 1929. (CEDOC/UDESC).

_____. _____, Ilhéus, n. 298, p. 3, 20 fev. 1929. (CEDOC/UDESC).

_____, _____, Ilhéus, n. 982, p. 3, 3 jul. 1931. (CEDOC/UDESC).

FESTAS religiosas. **Correio de Ilhéos**, Ilhéus, n. 851, p. 1, 5 fev. 1927. (CEDOC/UDESC).

FUCHS, W. **Le immagini della morte nella società moderna**. Turim: Einaudi, 1973.

HÉRITIER, F. **Parentesco**. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1989. (Enciclopédia Einaudi, 20).

HOBBSBAWN, E. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MAJOR Félix Cardoso. **Gazeta de Ilhéos**, Ilhéus, n. 118, p. 1, 16 jun. 1902. (CEDOC/UDESC).

MORTICÍNIO do Itariri. **A lucta**, Ilhéus, n. 225, p. 2, 10 nov. 1906. (AFEBEC).

O MAIOR dos suplícios. **Jornal de Ilhéos**, Ilhéus, n. 342, p. 2, 9 fev. 1919. (CEDOC/UDESC).

PROCISSÕES dos Passos. **Correio de Ilhéos**, Ilhéus, n. 715, p. 2, 25. jan. 1926. (CEDOC/UDESC).

VALADARES, C. do P. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**. Um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

WITTER, J. S. "Os anúncios fúnebres (1920-1940)". In: MARTINS, J. de S. **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1983.

Recebido em: 20 de maio de 2008.

Aprovado em: 18 de junho de 2008.

